

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 71, DE 31 DE AGOSTO DE 2021.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Cláudio para o exercício financeiro de 2022.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo às disposições do artigo 235, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, apresenta a Redação Final do Projeto de Lei n.º 71, de 31 de agosto de 2021, com o seguinte texto:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2022, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e no disposto na Lei Municipal n.º 1.668, de 5 de julho de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- II - Receitas por Categoria Econômica;
- III - Natureza da Despesa por Categoria Econômica por Órgãos de Governo;
- IV - Funções e Subfunções de Governo;
- V - Programa de Trabalho do Governo;
- VI - Programa de trabalho do Governo (Consolidação);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos;
- VIII - Demonstrativo das Despesas por Órgão e Funções;
- IX - Programa Trabalho Ref. à Realização de Obras e de Prestação de Serviços;
- X - Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;
- XI - Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais;
- XII - Relatório de planejamento das despesas – LOA;
- XIII - Relatório de despesas por órgão conforme vínculo e recursos - LOA
- XIV - Relatório da Proposta da Receita; e
- XV - Relatório da Proposta da Despesa.

Art. 2º A receita orçamentária total estimada no orçamento fiscal e da seguridade social é de R\$ 118.650.000,00 (Cento e dezoito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), conforme os Anexos integrantes desta Lei, sendo especificadas por categoria e fonte.

Art. 3º A despesa orçamentária total fixada no orçamento fiscal adicionada a da seguridade social é de R\$ 118.650.000,00 (Cento e dezoito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), conforme os Anexos integrantes desta Lei, sendo especificadas por funções de governo e por órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 4º O Município de Cláudio, Estado de Minas Gerais, por seus Poderes Executivo e Legislativo, fica autorizado a:

I - abrir créditos adicionais da classe suplementar, respeitadas as prescrições constitucionais pertinentes e na conformidade do inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total autorizada nesta Lei Orçamentária, não onerando este limite:

a) as suplementações no Poder Legislativo, limitadas ao percentual estabelecido no presente inciso sobre o crédito orçamentário aprovado para o referido Órgão;

b) as suplementações para pessoal e encargos sociais, a fim de evitar o comprometimento da remuneração de pessoal; e

c) a movimentação verificada no âmbito da discriminação ou especificação da despesa por elementos, dentro do mesmo programa/atividade e no mesmo órgão, às quais se referem os artigos de 14, 15 e 66 da Lei n.º 4.320, de 1964;

II - abrir créditos adicionais da classe suplementar, respeitadas as prescrições constitucionais pertinentes e na conformidade dos incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 1964, utilizando-se como recursos financeiros:

a) **superávit** financeiro do exercício de 2021; ou

b) o excesso de arrecadação apurado na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 1964;

III - utilizar a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, de outros riscos e eventos imprevistos e da abertura dos créditos adicionais pertinentes, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022;

IV - incluir outros grupos de destinação de recursos e fontes para atender suas peculiaridades em consonância com o Anexo III da Instrução Normativa n.º 15/2011 e suas alterações posteriores, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

V - promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

VI - alterar, mediante Decreto Executivo, as modalidades de aplicação, sempre que se verifique a necessidade de sua adequação frente à forma de execução de alguma programação.

Parágrafo único. A abertura de créditos orçamentários adicionais, no âmbito do Poder Legislativo Municipal e nos limites do seu próprio orçamento, no exercício financeiro de 2022, dar-se-á por iniciativa e ato da própria Câmara Municipal, observada a legislação pertinente.

Art. 5º Ficam autorizadas as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA - e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - que vigorarão em 2022, para manterem harmonia com a presente Lei.

Art. 6º Fica autorizada, para os exercícios financeiros correspondentes a seu objeto, a realização de Programas de Refinanciamento de Créditos Tributários – REFIS, relativamente aos tributos municipais,

por meio de lei específica que deverá indicar a dotação orçamentária correspondente e os critérios de enquadramento, caso necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Cláudio (MG), 13 de dezembro de 2021.

EVANDRO DA AMBULÂNCIA  
Presidente

MARCOS PAULO DUTRA  
Relator

JULINHO  
Revisor